



CRIANÇAS HIPERATIVAS, ADULTOS HIPERATIVOS

Cristiane Schisler Monteiro Konageski*
Elaine Teresinha de Almeida Weber**
Eliane de Oliveira Jacoby***
Graciele Beier Lopes****

Resumo: O Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade se tornou um problema associado à aprendizagem de difícil diagnóstico, considerando os processos mistos que incluem testes psicológicos, história clínica, análise de desempenho escolar e entrevista com pais e professores. É necessário que se tenha uma avaliação cuidadosa com o estudo minucioso de cada caso considerando suas especificidades. A educação inclusiva é um grande desafio, pois necessita não apenas de recursos humanos qualificados como também de estrutura e equipamentos, os quais ainda as escolas públicas não conseguem prover, enquanto isso muitos professores tem que usar a criatividade para incluir seus alunos sem no entanto deixar de se preocupar com os demais.

Palavras-chave: Educação. Déficit de atenção. Hiperatividade.

Abstract: Attention Deficit Hyperactivity Disorder has become a problem associated with learning difficult to diagnose, considering the mixed processes that include psychological tests, clinical history, analysis of school performance and interview with parents and teachers. It is necessary to have a careful evaluation with the detailed study of each case considering its specificities. Inclusive education is a great challenge because it requires not only qualified human resources but also structure and equipment, which public schools still can not provide, meanwhile many teachers have to use creativity to include their students without neglecting to worry about others.

Keywords: Education. Attention deficit. Hyperactivity.

Introdução

O reconhecimento dos direitos das pessoas com alguma deficiência é notório, a legislação e as políticas públicas revelam seu compromisso com estas pessoas. No entanto,

* Professora da rede municipal. E-mail: cristiane.ijui@gmail.com

** Professora da rede municipal. E-mail: elaine.a.w@hotmail.com

*** Professora da rede municipal. E-mail: eliane.jacoby@yahoo.com.br

**** Professora da rede municipal. E-mail: gracibeierlopes@hotmail.com

embora haja um discurso inclusivo, observam-se ainda muitas contradições de como tem se oferecido o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino.

Na tentativa de compreender a abrangência da inclusão escolar para alunos com necessidades educacionais especiais, essas contradições tornam-se evidentes, pois nos deparamos com muitas atitudes divergentes e até contrárias aos seus fins e objetivos. Isto nos leva a questionarmos em que medida, estas indefinições interferem na promoção de oportunidades educacionais de qualidade e inclusivas para esses alunos.

Durante muito tempo os alunos que possuíam comportamentos diferentes, que não acabavam as atividades, eram chamados de preguiçosos ou 'estabanados'. Isso provocou vários estudos e já a alguns anos foi desenvolvido o conceito de TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, embora este tenha sofrido várias mudanças adequando-se aos avanços da medicina.

Segundo a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) está classificado na categoria de transtornos hipercinéticos, descrito como grupo de transtornos caracterizados por início precoce habitualmente durante os cinco primeiros anos de vida. A falta de perseverança nas atividades que exigem envolvimento cognitivo e tendência a passar de uma atividade a outra sem acabar nenhuma, associadas a uma atividade geral desorganizada, incoordenada e excessiva são os sintomas mais comuns. As crianças hipercinéticas são frequentemente imprudentes e impulsivas, sujeitas a acidentes, também se envolvem em problemas disciplinares.

A inclusão não prevê o uso de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites, e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados (MANTOAN, 2006, p. 47).

O discurso neurocientífico sobre o TDAH não é único, mas também cita algumas teorias, e nenhuma delas é mais forte do que a história do diagnóstico. Nela, a criança TDAH surgiu na literatura médica da primeira metade do século XX, e, a partir de então, foi batizada e rebatizada muitas vezes. Ela foi a criança com defeito no controle moral, a portadora de uma deficiência mental leve ou branda, foi afetada pela encefalite letárgica, chamaram-na

simplesmente de hiperativa ou de hipercinética, seu cérebro foi visto como moderadamente disfuncional, ela foi a criança com déficit de atenção e, enfim, a portadora do transtorno do déficit de atenção/hiperatividade. Desde os últimos 20 anos do século XX, ela é marcada por um defeito inibitório que afeta o desenvolvimento das funções executivas cerebrais.

A primeira referência em jornal médico sobre esta patologia foi feita pelo pediatra George Still no ano de 1902, destacando que, desta observação, evoluiu para a designação de “lesão cerebral mínima” na década de 40, passando para “disfunção cerebral mínima” em 1962 após se chegar à conclusão de não haver uma lesão cerebral, mas sim uma disfunção nas vias nervosas. Os dois sistemas de classificação hoje utilizados apresentam muitas similaridades quanto às diretrizes para o diagnóstico, são o CID que chama de transtorno hipercinético e DSM IV chamando de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.

Para CALIMAN, 2008, o correto diagnóstico, se dá somente através de conversas com especialistas, uma vez que não há nenhum exame que possa identificar o TDAH. O diagnóstico é realizado através de processos mistos, que incluem testes psicológicos, história clínica, análise de desempenho escolar e entrevista com pais e professores. Desta forma podemos classificar este transtorno em quatro tipos:

- a) Tipo desatento: Não vê os detalhes, comete erros por falta de cuidado. Tem dificuldade para manter a atenção, não segue instruções, não gosta de tarefas que exigem um esforço mental prolongado, distrai-se com facilidade, esquece as atividades diárias.
- b) Tipo hiperativo/impulsivo: Apresenta-se em constante movimento corporal, mesmo quando solicitado que permaneça sentado. Move-se constantemente pelos espaços não convencionais da escola ou casa. As mesmas atitudes se repetem na fala e no modo de formular as ideias, responde perguntas de modo incompleto e não fica atento o suficiente para formular respostas completas.
- c) Tipo combinado: Os sintomas são acumulados em desatenção e hiperatividade.
- d) Tipo não específico: Ocorre quando não há sintomas expressivos em uma das áreas, mas percebe-se que existe desequilíbrio nas atividades diárias do indivíduo.

A tríade sintomatológica clássica da síndrome caracteriza-se por: Desatenção, Hiperatividade e Impulsividade.

Alguns indícios que indicam a presença do transtorno são a duração dos sintomas de desatenção e/ou hiperatividade/impulsividade, normalmente crianças com TDAH apresentam uma história de vida desde a idade pré-escolar com a presença de sintomas, ou, pelo menos, um período de vários meses de sintomatologia intensa.

Há também a frequência e intensidade dos sintomas, para o diagnóstico de TDAH é

fundamental que pelo menos seis dos sintomas de desatenção e/ou seis dos sintomas de hiperatividade/impulsividade estejam presentes frequentemente (cada um dos sintomas) na vida da criança. Assim como a persistência dos sintomas em vários locais e ao longo do tempo, os sintomas de desatenção e/ou hiperatividade/impulsividade precisam ocorrer em vários ambientes da vida da criança (por exemplo, escola e casa) e manter-se constantes ao longo do período.

Comportamentos que ocorrem apenas em casa ou somente na escola devem alertar os familiares para a possibilidade de que a desatenção, hiperatividade ou impulsividade possam ser apenas sintomas de uma situação familiar caótica ou de um sistema de ensino inadequado. Da mesma forma, momentos de muita agitação com períodos sem sintomas não são características do TDAH, assim como o prejuízo clinicamente significativo na vida da criança. Sintomas de hiperatividade ou impulsividade sem prejuízo na vida da criança podem traduzir muito mais estilos de funcionamento ou temperamento do que um transtorno psiquiátrico.

Para o diagnóstico de TDAH é necessária uma avaliação cuidadosa de cada sintoma, e não somente a listagem de sintomas. Por exemplo, uma criança pode ter dificuldade de seguir instruções por um comportamento de oposição e desafio aos pais e professores, caracterizando muito mais um sintoma de transtorno oppositor desafiante do que de TDAH.

Desatenção, caracteriza-se por frequentemente deixar de prestar atenção a detalhes ou cometer erros por descuido em atividades escolares, de trabalho ou outras. Também tem dificuldades para manter a atenção em tarefas ou atividades lúdicas, parece não escutar quando lhe dirigem a palavra. Assim como não segue instruções e não termina seus deveres escolares, tarefas domésticas ou deveres profissionais (não devido a comportamento de oposição ou incapacidade de compreender instruções). Não consegue organizar tarefas e atividades e evita, antipatiza ou reluta a envolver-se em tarefas que exijam esforço mental constante (como tarefas escolares ou deveres de casa). Com frequência perde coisas necessárias para tarefas ou atividades (por exemplo, brinquedos, tarefas escolares, lápis, livros ou outros materiais). É facilmente distraído por estímulos alheios às tarefas e com frequência apresenta esquecimento em atividades diárias.

Hiperatividade caracteriza-se por agitar as mãos ou os pés ou se remexer na cadeira, frequentemente abandona sua cadeira em sala de aula ou outras situações nas quais se espera que permaneça sentado. Também corre ou escala em demasia, em situações nas quais isso é inapropriado, tem dificuldade para brincar ou se envolver silenciosamente em atividades de lazer e está frequentemente 'a mil' ou muitas vezes age como se estivesse 'a todo vapor'

falando em demasia.

Impulsividade geralmente está ligada a dificuldade para aguardar sua vez, dar respostas precipitadas antes de as perguntas terem sido completadas, interromper ou se meter em assuntos de outros (por exemplo, intromete-se em conversas ou brincadeiras).

Uma vez diagnosticado com o TDAH, esse aluno deve ser considerado como uma criança com necessidades educacionais especiais, pois para que tenha garantidas as mesmas oportunidades de aprender que os demais colegas de sala de aula serão necessárias algumas adaptações visando diminuir a ocorrência dos comportamentos indesejáveis que possam prejudicar seu progresso pedagógico.

Algumas alternativas são sentar o aluno na primeira carteira, próximo da professora e distante da porta ou janela, reduzir o número de alunos em sala de aula, procurar manter uma rotina diária, propor atividades pouco extensas, intercalar momentos de explicação com os exercícios práticos, utilizar estratégias atrativas, explicar detalhadamente a proposta, tentar manter o máximo de silêncio possível e evitar situações que provoquem a distração, tais como: ventiladores, cortinas balançando, cartazes pendurados pela sala. Também é viável aproveitar situações que exijam movimentação para escolhê-lo como auxiliar, por exemplo: pedir que entregue os cadernos, que vá à diretoria ou que responda ao exercício na lousa.

Manter os alunos em lugares fixos na sala, para explicar o motivo pelo qual a criança com TDAH senta sempre naquela carteira. É preciso encaminhá-lo para as aulas de reforço escolar, pois ficam lacunas em seu aprendizado. Incentivo, reforço dos comportamentos adequados, se necessário, integração aos demais colegas de turma, favorecimento do ambiente promovendo tranquilidade e silêncio, apresentação de atividades curtas, oferecimento de orientação individual, utilização de recursos diferenciados, não demonstração de ansiedade, brevidade nas explicações, seguir uma rotina, proporcionar momentos de locomoção na sala de aula, respeitar seus limites.

Por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência, e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Todos sabemos, porém, que a maioria dos que fracassam não provém do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele (MANTOAN, 1997, p. 24).

Um bom desempenho escolar depende, cada vez mais, da criança permanecer sentada e quieta, de longos períodos de concentração e de fazer as lições escolares. Para atender às exigências desse ambiente, a criança necessita ter controle e ajustar seu comportamento para

responder satisfatoriamente a essas demandas.

Crianças com TDAH têm esse ajuste prejudicado pela falta de controle da impulsividade e, frequentemente, apresentam em seu histórico escolar registros de suspensão, de expulsão e de reprovação, orientar a família sobre o transtorno solicitar que os pais procurem por atendimentos especializados que possam complementar o trabalho pedagógico realizado em sala de aula.

Intervenções no âmbito escolar também são importantes. Nesse sentido, idealmente, os professores deveriam ser orientados para a necessidade de uma sala de aula bem estruturada, com poucos alunos. Rotinas diárias consistentes e ambiente escolar previsível ajudam essas crianças a manter o controle emocional.

Estratégias de ensino ativo, que incorporem a atividade física com o processo de aprendizagem, são fundamentais. As tarefas propostas não devem ser demasiadamente longas e necessitam ser explicadas passo a passo. É importante que o aluno com TDAH receba o máximo possível de atendimento individualizado.

Ele deve ser colocado na primeira fila da sala de aula, próximo à professora e longe da janela, ou seja, em local onde ele tenha menor probabilidade de distrair-se. Muitas vezes, crianças com TDAH precisam de reforço de conteúdo em determinadas disciplinas. Isso acontece porque elas já apresentam lacunas no aprendizado no momento do diagnóstico, em função do TDAH.

Recriar o espaço da sala de aula perpassa por uma mudança na organização na forma como os alunos trabalham. O trabalho ainda é muito marcado pela individualização das tarefas, as atividades são as mesmas para todos, mas cada um faz a sua. Promover a experiência do trabalho coletivo, exercitar a divisão, a cooperação, o reconhecimento do outro, respeito à diversidade humana, bem como a valorização do trabalho de cada pessoa de acordo com as metas comuns a todos.

A Conferência Mundial de Educação para Todos que aconteceu no ano de 1993, em Jomtien na Tailândia e a Declaração de Salamanca oriunda do encontro de diversos países em Salamanca na Espanha, foram inspiração para o Brasil, que a partir dos novos princípios traçados, comprometeu-se de forma desafiadora a construir uma escola de qualidade e para todos, fruto do movimento mundial, que reconhece e reafirma o direito que as pessoas têm à educação. O mais importante no que se refere a estes documentos, são as garantias com força de lei que produziram. As políticas públicas educacionais, até então contribuía com ações pautadas em princípios padronizadores, direcionadas à manutenção de escolas especiais e ou a integração de alunos com deficiência nas escolas regulares, quando fosse possível. Fica

evidente que a partir da década de 90, surge um novo sentido para a educação no Brasil. Um sentido que segue as tendências mundiais de uma educação de qualidade, que visa agregar à diversidade, a multiplicidade de demandas, as diferenças com as potencialidades individuais, deste modo, um sistema de educação inclusivo para todos os seres humanos. A partir das conferências de Jontiem e Salamanca o conceito de inclusão foi elaborado, fundamentado no acolhimento, celebrando a diversidade.

No Brasil, todas as escolas devem atender aos princípios constitucionais, em respeito ao direito à educação, não excluindo nenhum aluno, em virtude de sua raça, cor, idade, origem, sexo ou deficiência. A Constituição Brasileira de 1988 é clara ao priorizar como fundamentos da República a cidadania e dignidade da pessoa humana (art.1º, incisos II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer forma de discriminação (art. 3º, inciso IV). Também garante o direito à igualdade (art. 5º), e trata, no art. 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Sendo que esse direito deve almejar ao pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Plano Nacional de Educação - PNE de 2001, por sua vez, tendo respaldo legal na Constituição de 1988 e na LDBEN é um instrumento da política educacional que estabelece diretriz e metas para todos os níveis e modalidades de ensino. O objetivo fundamental deste plano, é a elevação global do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis, a redução das desigualdades sociais, regionais no que se refere ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público.

A plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade, deve considerar duas questões – o direito à educação, comum a todas as pessoas e o direito de receber educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas regulares (BRASIL, 2001, p. 61).

A educação inclusiva vem homogeneizar o acesso à educação, garantindo às PNEEs que ainda se encontram excluídas do processo educacional, o direito educacional e a possibilidade de efetivação da cidadania, definindo como linha norteadora o pressuposto de educação de qualidade para todos.

Educação Inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo [...], é estar com, é interagir com o outro (MANTOAN, 2006, p. 24).

Percebe-se que a Educação Inclusiva, ao estar contemplada no PNE e numa série de textos legais, não se trata de uma política emergencial, mas sim de proposta, que mais incisivamente a partir do processo de redemocratização vem ocupando seu espaço junto às discussões educacionais, na perspectiva de garantia de direitos educacionais às Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (PNEES).

Ainda em 2001, a Resolução n. 02/01 do Governo Federal, fundamenta toda sua organização documental na instituição das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, o que mostra legalmente o direito à educação das PNEES na rede regular de ensino. Essa resolução tem ênfase essencial na política inclusiva, pois coloca o dever às escolas dos sistemas de ensino geral de assegurar o direito educacional regular aos educandos com necessidades educativas especiais, disponibilizando-lhes recursos e materiais para viabilizar uma educação de qualidade para todos.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, lei n.9.394/96, enfatiza que a educação, sendo como “dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A educação especial está bem mais explícita na letra dessa lei. Os artigos com seus parágrafos e incisos que integram o capítulo V, de propósito organizado em prol da educação especial. O direito ao atendimento especializado está igualmente previsto nos artigos 58, 59 e 60 da LDBEN, que para não discordar da Constituição, inovou ao prever o atendimento educacional especializado e não mais os serviços da Educação Especial que constavam nas leis anteriores, como as escolas e classes especiais.

A atual Política Nacional de Educação Especial – MEC, define como aluno com necessidades educacionais especiais aquele que “[...] por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requer recursos pedagógicos e metodológicos educacionais específicos”.

As necessidades especiais podem ser de ordem física (hemiplegias, paraplégicos, tetraplégicos, mutilados), de ordem sensorial (deficientes visuais, deficientes auditivos), de ordem mental (síndrome de Down, autismo, paralisia cerebral) e outros como: superdotado, TDAH (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade).

As famílias muitas vezes não aceitam que seu filho(a) seja 'incluído' no grupo com necessidades especiais pois este ainda é um tema(a inclusão escolar) novo para muitos que não estão habituados com o dia a dia escolar. Para o TDAH ainda existe este contraponto,

entre família e escola, que o inclui como necessidade especial mesmo que para a família a criança seja considerada normal, por isso o primeiro passo deve ser educacional, por meio de informações claras e precisas a respeito do transtorno. Muitas vezes, é necessário uma conversa mais prolongada com os pais, a fim de que aprendam a manejar os sintomas dos filhos. É importante que eles conheçam as melhores estratégias para o auxílio de seus filhos na organização e no planejamento das atividades. Por exemplo, essas crianças precisam de um ambiente silencioso, consistente e sem maiores estímulos visuais para estudarem.

Estudos apontam que o melhor tratamento nem sempre requer o uso da medicação. Apesar de suas manifestações serem confundidas com indisciplina, o TDAH não é causado por falta de disciplina ou controle parental, assim como não é um sinal de maldade da criança.

A construção da escola inclusiva é uma tarefa de todos os envolvidos; escola, pais e governantes, na qualidade de agentes geradores e gestores de condições e recursos para a mudança e a celebração da diversidade humana. Os alunos estão na escola para aprender participando. Nessa perspectiva, cabe a escola comprometer-se a realizar uma proposta pedagógica capaz de educar a todos, com eficiência, incluindo os mais desfavorecidos, que apresentam mais dificuldades e com deficiências. O ensino deve estar a serviço do aluno, adaptado às necessidades dos alunos.

Conclusão

Na escola se dá a transformação da representação da criança e do jovem sobre a deficiência, pois estudando, convivendo e crescendo junto aos 'diferentes' de fato compreenderá a diversidade humana, a vivência na escola propicia a formação do cidadão. Dessa forma a educação inclusiva é o caminho para a transformação da sociedade, que não aceita mais qualquer forma de preconceito. Para acontecer a inclusão, o grande objetivo é uma escola para todos e para cada um. Uma escola que acolhe as diferenças, que colabora, que convive sem a divisão excludente de alunos 'normais' e alunos 'deficientes' ou 'especiais'.

O TDAH ainda é um assunto desconhecido pela maioria dos professores. As informações que necessitam de embasamento teórico, como causas, idade de manifestação, médico especialista, cura, tratamento e comorbidades, estão distantes dos docentes que, muitas vezes, lecionam exatamente para esse público. Tentei trazer estas informações e desmistificar alguns preconceitos que usualmente se tem com esses alunos.

Percebemos com esse trabalho que a inclusão desses alunos é um processo bastante complexo, a discussão foi no âmbito da escola regular, no entanto é algo social que reflete na

escola, está acontecendo de forma gradual, pois foram séculos de segregação, preconceitos arraigados que precisam ser modificados. Acreditamos que o princípio para a inclusão é respeitar as diferenças, pois todos têm os mesmos direitos, cada qual com suas limitações e possibilidades.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria Nacional de Educação Especial**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/default.html>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º. 4024/61.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN**, lei n.9.394/96.

_____. Ministério da Educação. **O Plano Nacional de Educação – PNE**. 2001.

_____. Governo Federal. **A Constituição Brasileira de 1988**.

CALIMAN, L. V. **O TDAH entre as funções, disfunções e otimização da atenção**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13. n. 3, p. 559-566, jul/set. 2008

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

_____. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo. Memnon, 1997.

STILL, George. **Some abnormal psychological conditions in children – Lecture I**. The Lancet, p. 1008-1012.1902.